ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Cartografando a cidade: perspectivas para a cidade contemporânea

Autores:
Marcella Raysa Tôrres Vasconcelos - UFPE - vasconcelosmarcella@gmail.com

Resumo:

A cartografia é a disciplina que conecta arte, ciência e tecnologia na construção e uso de mapas. Ocupa-se da manipulação de dados sobre um recorte espacial e cria sistemas de representação que permitem a sua compreensão. Alguns autores consideram seu surgimento a partir do instante em que o homem adquire consciência de si no mundo e desenvolve um senso de lugar: da necessidade humana em representar as dimensões do tempo e espaço está, possivelmente, as origens da cartografia. Espaço urbano e espaço cartográfico são inseparáveis e enquanto são transformados esse relacionamento também se altera. O objetivo de tornar legível a entidade complexa e dinâmica que é a cidade continua urgente, os mapas, por acumularem grandes ideias, se mostram um meio adequado para representá-las. Há um potencial para a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo através das operações de descrição e representação. As práticas cartográficas ganham relevância quando colocadas em dialética a esses processos para delinear lógicas atreladas aos territórios: uma chave para o projeto urbano.

CARTOGRAFANDO A CIDADE

Perspectivas para a cidade contemporânea

CARTOGRAFIA EM CONTEXTO

Quanto do mundo é possível conhecer de uma única vez? Diante da complexidade e impossibilidade prática, os mapas surgem como uma representação dele. A cartografia, segundo a Associação Cartográfica Internacional, é a disciplina que conecta arte, ciência e tecnologia na construção e uso de mapas. Ela se ocupa com a manipulação de dados sobre um dado recorte espacial e cria sistemas de representação que permitem a sua exploração, análise e compreensão de informações. Em sua história não há registro do preciso momento de seu início, porém, alguns autores consideram o surgimento a partir do instante em que o homem passa a ter consciência de si no mundo. Da separação entre o que está "aqui" e o que está "lá", ou seja, quando desenvolve um senso de lugar.

Caminhar é o gesto humano mais primitivo. Ao se movimentar o homem colocou-se em direção a si mesmo e ao mundo, através desse ato ele aprendeu a ler os rastros do solo. A busca do homem por marcar a sua posição no espaço está vinculada à viagem, ao trajeto, o mapa surge como um registro das etapas desse caminho através da anotação dos percursos. Da necessidade e da busca por representar a soma da dimensão do tempo e do espaço está, possivelmente, as origens da cartografia. Registro do tempo no passado, como relato de trajetórias-narrativas, e no tempo futuro, como forma de identificar e reconhecer previamente um território.

Os primeiros registros de práticas cartográficas se apresentam como formas de relatar o cotidiano em relação a um território. O petróglifo gravado - há cerca de 1.500 a.C. -, em uma pedra na região de Val Camonica, no norte da Itália, conhecido como o Mapa de Bedolina representa a organização espacial da vida cotidiana em um vilarejo (KEMPF, 2013). Construída a partir da relação do observador com o terreno e seus elementos, a cartografia, nesse sentido, pode ser entendida como o resultado do esforço intelectual de refletir sobre o espaço a fim de organiza-lo. Nesse registro é possível ver, em planta ou em vista, atividades humanas como a caça, construções, os campos e delimitações espaciais através de um complexo sistema, onde as linhas demonstram os percursos e entrelaçam-se de forma a mostrar como os elementos estavam dispostos no território (CARERI, 2013). A construção desse lugar deu-se através das associações mentais retiradas da sucessão de mudanças e percepções inspiradas pelo ato de caminhar, o mapa representa uma imagem congelada dele.

Figura 1 – Petróglifo descoberto em Bedolina, na Itália, representando o cotidiano de um vilarejo.

Fonte: http://www.rcg.cat/sendart.php?id=316

É importante destacar que formas de representação como essas nem sempre foram consideradas como cartografias, esse contexto é algo recente. A tradição da história da cartografia, especialmente na Europa, sempre estabeleceu critérios rígidos no reconhecimento dessas produções. Principalmente em relação às que eram de povos não europeus e as que não respeitavam a determinados padrões de representação, como o uso escalas regulares, símbolos convencionais, precisões matemáticas ou a geometria dos traçados. Por muito tempo esse comportamento segregou produções que poderiam ser analisadas pela ótica cartográfica (HARLEY, 1991).

A cartografia, como representação gráfica aproximada ao que normalmente se entende por um mapa ou atlas tradicional, surgiu na Idade Média, com o intuito de transmitir primeiramente discursos filosóficos e teológicos relacionados à localizações e descrições de lugares reais. Com a transição para o Renascimento a circulação de mapas aumenta significativamente, esse fato é atribuído à associação de funções políticas e econômicas aos mapas: delimitação legal de territórios, navegações comerciais, estratégias militares. (WOODWARD, 2007). No entanto, essas mudanças não ocorriam exclusivamente no mundo cartográfico, eram, na verdade, consequência de mudanças em um conjunto de áreas de conhecimento e de maneiras de pensar a ciência: o contexto social e as visões de mundo estavam em transição e, por consequência, também os modos de representação.

Ao longo da história da cartografia, seus modos e sistemas de representação se modificaram. Cada mudança esteve vinculada às diferentes visões de mundo que dominavam nos contextos históricos e sociais de cada época. No entanto, um valor predominante em cada mudança de contexto, era a busca pela representação mais exata e racional do que seria o mundo. As diferentes projeções do mapa-múndi, por exemplo, estão vinculadas aos cenários em que seus autores disputavam pela projeção com resoluções matemáticas mais precisas e, gradativamente, a cartografia foi sendo formulada e entendida como uma disciplina estritamente científica (HARLEY, 2009). Através dessas características tem-se a impressão

inicial de que um mapa seria uma representação fidedigna da realidade, trata-se do contexto que alguns autores denominam como “mito da naturalização”, onde as pessoas aceitam as imagens de um mapa como amostras exatas e acuradas do mundo como ele é (EDNEY, 2016). Assim eles se parecem por instituições, durante séculos, terem trabalhado para isso acontecer. Estado, especialistas e elites políticas e acadêmicas em geral, com seus interesses específicos, fizeram com que os mapas fossem promovidos a documentos oficiais e incontestes a fim de manter o *status quo*, ou até mesmo para tornar invisíveis determinados aspectos que estão vinculados aos territórios (MESQUITA, 2014).

No entanto os mapas não são neutros. Eles são resultados de processos e ações que envolvem contextos culturais, individuais e políticos. As particularidades gráficas apresentadas correspondem a uma série de escolhas, concepções de mundo e esforços criativos de seus autores, além do nível de conhecimento científico e das convenções cartográficas de cada período (BUENO, 2004). Ou seja, a representação que se pretende científica e objetiva, na verdade pode ser subjetiva e enviesada por conceitos que legitimam e são legitimados pelo pensamento dominante de sua época. A cartografia, definida como representação do espaço, conceitualmente demarcada e condicionada historicamente pertence, assim, ao campo da história social das representações dos espaços. Nesse sentido, a história cultural tem colaborado para a compreensão das representações não como reproduções “dadas” da realidade, mas como construções culturais, elaboradas segundo visões de atores sociais de um determinado momento. A percepção dos espaços é, também, um fenômeno cultural, portanto as representações estão vinculadas aos valores estabelecidos de cada cultura num determinado momento histórico (VESCINA, 2010).

Desse ponto entende-se que o mapa se pressupõe também de um contexto narrativo e descritivo. Mais do que representação dos espaços, ou de uma localização, o mapa é também um meio de comunicação. Mais do que um objeto concebido, o mapa é o resultado de um processo. A cartografia é o modo de expressão, o mapa o suporte material, produto final e representação simbólica de um lugar: visualizar, conceituar, registrar graficamente um espaço são atos de mapeamento. Ao enfatizar o papel dos mapas na experiência humana os historiadores Brian Harley e David Woordward oferecem uma nova definição: “mapas são representações gráficas que facilitam uma compreensão espacial de objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo humano” (HARLEY, 1991). Essa definição representa uma grande abertura do campo disciplinar para o estudo das diversas tradições de mapeamentos. Identificando a cartografia com o campo simbólico, conclui-se que as práticas cartográficas se posicionam como evidências do imaginário social: cartas, mapas, plantas e diagramas podem ser tomados como produtos de representação social do espaço.

Trata-se aqui, menos de uma discussão conceitual do espaço e território ou dos atributos técnicos de um mapa e mais da relação entre a imagem do espaço como produto de uma circunstância histórica e social. Historiadores como Brian Harley afirmam que os mapas, por articularem relações de poder e conhecimento, devem ser lidos como construções sociais e políticas a partir dos contextos que foram produzidos: entre um mapa e o território há sempre uma negociação. Quando critérios como esses são questionados, novas relações podem surgir. Desse ponto entende-se que o mapa pressupõe também de um contexto de dominação. Além da dimensão retórica, é de fundamental análise outros aspectos dessa problemática, como os desígnios políticos em questão. Desse ponto é importante relembrar,

por exemplo, que os mapas cumpriam papel estratégico na mediação de ações oficiais da coroa portuguesa no processo de colonização do Brasil e que muitos mapas foram oriundos da conjuntura de expansão ultramarina e controle de territórios conquistados (BUENO, 2004).

As práticas cartográficas revelam-se como potenciais instrumentos de conhecimento crítico e comunicação política contra-hegemônica. Trata-se de ver e entender os mapas não como levantamentos inertes de paisagens, ou como reflexos passivos do mundo, mas como imagens carregadas de juízos de valor. Através dessa problematização, historiadores e geógrafos como Jeremy Crampton e John Krygier abriram espaço para o que veio a ser denominado como *cartografia crítica*. Esse termo é utilizado para apresentar teorias e práticas de mapeamento que se opõe aos modelos e métodos tradicionais e para defender o argumento de que os mapas também são capazes de produzir realidades, ao invés de apenas representá-las (CRAMPTON; KRYGIER, 2008).

A cartografia há muito foi dominada por elites, porém, nos últimos tempos esse domínio tem sido desafiado por importantes acontecimentos. Além do cenário apresentado, que desnaturaliza os mapas como documentos científicos, evidenciando seu teor político e situando-os em contextos de relações de poder específicas, há também o contexto da transição tecnológica. Com o desenvolvimento e utilização de softwares de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Sistemas de Posicionamento Global (GPS), da internet e, principalmente, com as tecnologias digitais de informação e comunicação, a capacidade de produzir mapas deixou de ser uma atividade restrita aos especialistas. Observa-se a crescente produção de mapas por pessoas que não foram formalmente treinadas dentro das disciplinas, hoje ela está disponível para qualquer um que tenha computador pessoal e acesso à internet. Essa abertura à população possibilitou um conjunto amplo de práticas imaginativas de mapeamento (CRAMPTON; KRYGIER, 2008), onde as tecnologias permitiram um alargamento dos mundos explorados. O aumento na escala de apreensão, em que os mais diversos signos vinculados aos territórios podem ganhar visibilidades, os mapas deixaram de ser puramente apresentação de dados para se tornarem interface de acesso e construção de informação.

A crítica teórica abriu espaço conceitual para modos alternativos de mapeamentos fora da academia. Os autores atribuem também às comunidades artísticas um papel significativo no experimento e na exploração dessas novas modalidades. Muitos artistas, especialmente a partir da modernidade, ao perceberam a potencialidade dos mapas como representação e como instrumento político, se apropriam da cartografia em suas práticas. Esse movimento tem grande importância no desenvolvimento de um pensamento crítico, na interpretação dos mapas e na busca por expandir compreensões sobre essas práticas. A linguagem cartográfica passou a ser amplamente subvertida - desde movimentos artísticos de vanguarda da virada do século, passando pela arte conceitual, *Land Art*, aos situacionistas e psicogeógrafos dos anos 1950 e 1960. Mais recentemente, indivíduos e coletivos de artistas se apropriam das novas tecnologias digitais de informação e comunicação na produção de cartografias em diversas vertentes. A combinação de diferentes recursos e linguagens permite que relações invisíveis atreladas aos territórios sejam trazidas à superfície e, dessa forma, possam ser problematizadas e discutidas. Esse aspecto é demonstrado através das práticas que utilizam mídias locativas em relações que se estabelecem diretamente com o território. São soluções criativas que envolvem o uso dos atuais recursos de localização espacial, como

visualizações de regiões da terra por satélites disponíveis on-line, GPS e todo tipo de mídia locativa com as quais se pode interagir.

Entende-se assim, que a cartografia indisciplinada das práticas puramente geográficas, apresenta-se sob múltiplas possibilidades de ações e experiências. Os autores Jeremy Crampton e John Krygier, ao apresentarem uma introdução à cartografia crítica, apontam alguns direcionamentos de investigação, com exemplos da própria cartografia crítica e através da apropriação e ampliação da linguagem pelos artistas. A partir dos mapeamentos corriqueiros ou vernaculares - aqueles que representam o papel coletivo e cotidiano das pessoas -, sejam eles performativos ou narrativos. A partir dos mapas como resistência, ou contra-mapeamentos, que são os que se opõem àqueles apresentados por agencias oficiais. A partir do *hackeamento* de mapas ou mapeamentos livres: práticas de exploração e aplicação de mapeamentos por programadores independentes através da ligação entre diferentes softwares de acesso livre, ou seja, utilizando tecnologias disponíveis a todos para recombinar conhecimentos especializados. E, por fim, através da própria teoria crítica, para "desafiar pressupostos e colocar problemas em perspectiva histórica" (CRAMPTON; KRYGIER, 2008).

CARTOGRAFANDO A CIDADE

O mapa da cidade é tão antigo quanto a própria cidade. Na história, suas origens são reveladas através da reconstrução mapeada do traçado das ruas, dos planos de ocupação dos lotes e dos depósitos materiais espalhados no território antigo. Através desses mapeamentos são reconstruídos não somente a forma física, mas também a vida social, política, comercial e religiosa das cidades. Tendo se desenvolvido há cerca de 10.000 anos, na Mesopotâmia e no Vale do Indu, não por coincidência o plano urbano mais antigo que se conhece está vinculado ao fragmento da cidade suméria de Nippur. Nele é possível observar a muralha que cerca a cidade, delimitada por canais de irrigação que as rodeiam por todos os lados. Estes canais permitiam a distribuição de água, dos produtos e matérias-primas pelo território, de onde tem-se a noção de que o excedente agrícola possibilitou a vida urbana (BENEVOLO, 2003).

Figura 2 – Tabuleta de argila, Mesopotamia, fragmento da cidade sumeriana de Nippur.

Fonte: https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/1cy0pu/sumerian_city_of_nippur_the_oldest_known_city_map/

Os mapas também têm sido, há muito, um modo de pensar e experimentar o espaço urbano: o encontro com uma cidade desconhecida é, tipicamente, mediado por um mapa. Mapa do trânsito, das ruas, dos destinos turísticos, dos espaços de lazer: a experiência urbana é processada e negociada entre a cartografia e o espaço construído. Dentre as atuais tecnologias de informação e comunicação digitais, a internet é a ferramenta mais utilizada e o celular tornou-se o seu centro por reunir, no mesmo dispositivo, uma infinidade de recursos. Entre eles está o GPS, que permite o acesso a mapas virtuais de onde é possível ter vistas panorâmicas de um bairro ou cidade e realizar visitas a diversos lugares sem a necessidade do deslocamento físico. Dessa forma alteram a experiência e mobilidade urbana: a familiarização com o local, antes mesmo de visita-lo pessoalmente, afeta em decisões que modificam os percursos ou até mesmo o compartilhando trajetos. Além de um instrumento funcional, que ajuda a fixar rotas e destinos, os mapas são portadores de significados e características urbanas de forma que, até certo ponto, ele torna-se o próprio território (COSGROVE, 2006). A compreensão desse território tem a operação de descrição como ponto de passagem entre o mundo como leitura e o mundo como escrita.

Na operação de descrição do território o mapa se apresenta de duas formas, como criação e registro. Antecedendo a existência da cidade e como forma de regular e coordenar a continuidade dessa mesma existência. São dois procedimentos de intervenção e descrição do território e da cidade: o primeiro existe no papel, antes mesmo da expressão material - a exemplo dos princípios modernos apresentados nos CIAM, ou cidades como Brasília, Nova Deli e Washington e diversas cidades coloniais - aqui a atividade do arquiteto põe-se como unificação da descrição do projeto e do território. No segundo o território é como uma mensagem, onde a intervenção nasce do meio e o espaço é reformulado: Paris, Roma e Amsterdam, por exemplo, foram construídas ou ampliadas por meio de um plano elaborado. Assim como no Rio de Janeiro, o movimento da reflexão e produção cartográfica acompanhou os esforços de redefinição do ambiente urbano que caracterizaram as intervenções urbanísticas na virada do século XX, através da administração pública de Pereira Passos.

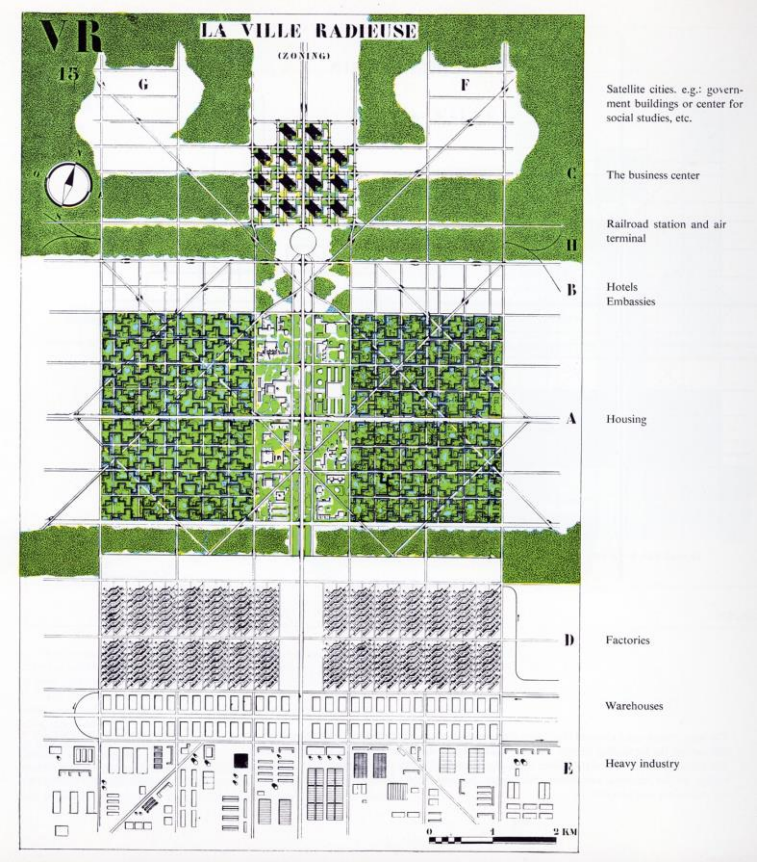
Em sua história, o urbanismo sempre esteve ocupado com as transformações do território: em como elas ocorrem, sobre a influência dos sujeitos que as promovem, nas suas intenções e resultados, sendo testemunho de um vasto conjunto de práticas que modificam o estado do território e da cidade ao longo dos tempos (SECCHI, 2016). Considerando suas origens ainda no século XIX, com os problemas ligados ao rápido crescimento populacional e a necessidade de desenvolver novas infraestruturas, pode-se dizer que o Urbanismo propriamente dito nasce, então, com as grandes reformas realizadas em Paris e em Barcelona.

A ação do urbanista sempre se apresentou através de narrativas. Esses processos eram traduzidos, muitas vezes, por meio de mapas e diagramas, que serviam à construção e organização de pensamentos e para indicar modos de observar, interpretar e construir a cidade. A maioria das propostas buscavam organizar o espaço e a sociedade, a exemplo do plano icônico elaborado por Le Corbusier, o *Ville Radieuse* (Cidade Radiante), apresentado pela primeira vez em 1930 no CIAM de Bruxelas e publicado em 1935. Talvez o plano não tivesse a mesma força se ele não houvesse colocado as ideias, dessa forma, no papel. O arquiteto modernista queria reformar a cidade industrial cheia de poluição e com excedente populacional construindo “torres em um parque”, onde os trabalhadores pudessem viver

acima das ruas, cercados por espaços verdes e luz solar em abundância, com meios de transportes e circulação eficientes dentro uma distância segura das fábricas.

A ideia foi considerada radical para a época, e foram seus mapas e diagramas que realmente captaram sua imaginação. No diagrama é possível perceber a permanência do eixo central, a repetição de formas, padrões, simetria e geometrização do espaço. As áreas verdes eram inseridas nessa rígida malha, onde cada faixa paralela era destinada a usos distintos, através dos zoneamentos para áreas específicas de comércio, transporte, residências etc. Apesar do plano não ter sido concretizado, a influência que essas ideias exerceram sobre o urbanismo do século XX tiveram repercussões que ultrapassaram os limites europeus, a exemplo do projeto de Lúcio Costa para Brasília, em 1957 (FRAMPTON, 2008). Os resultados de algumas das experiências aplicadas foram muito questionados, o que se pretende destacar, no entanto, é a percepção de que suas ideias são tanto uma reação à cidade em que ele viveu e trabalhou, como um reflexo dos contextos dominantes na sociedade da época. E o que, em resumo, pretendia Le Corbusier, era não somente oferecer uma vida melhor aos habitantes, mas também contribuir na construção de uma sociedade melhor.

Figura 3 – Ville Radieuse, Le Corbusier, 1930.



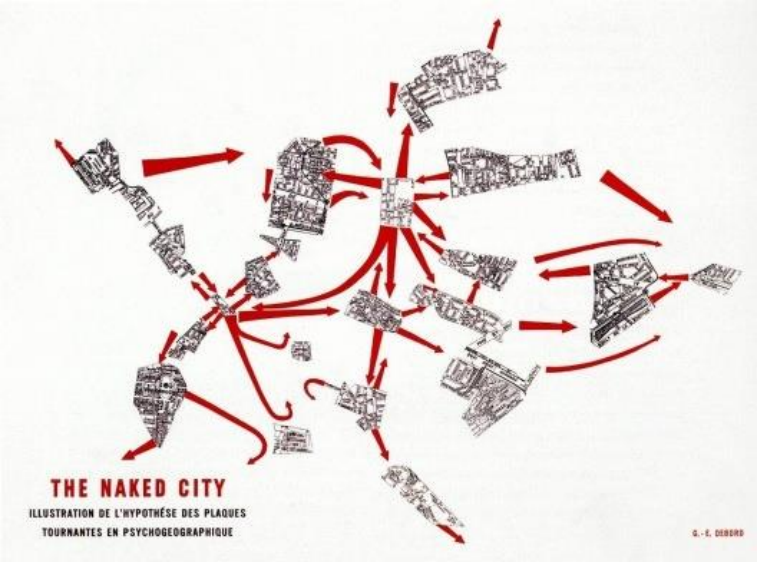
Fonte: http://cskylinesx.blogspot.com/2015/11/experiments-in-brutalism-le-corbusiers.html

Os mapas e diagramas possuem o poder de acumular grandes ideias. Por essa razão se mostrou um meio adequado para representar a cidade, um organismo intrincado que foi imaginado e discutido por gerações de arquitetos, planejadores e idealistas. No contexto

urbano os diagramas podem ser poderosos por apontarem importantes questões sobre o uso do solo e respondê-las em um desenho que pode ser apreciado a uma olhada. Por esses motivos exigem olhares igualmente atentos: por um lado, pelo refinamento no sentido de conseguir tomar um conjunto complexo de questões e fornecer uma comunicação simples, por outro, podem artificialmente simplificar algo que na realidade precisaria ser complexo.

A característica dual dos mapas, em posicionar-se ao mesmo tempo como registro e criação das cidades, é o que muitas vezes impulsiona a energia criativa e imaginativa dos mapeamentos e chama tanto a atenção de artistas como de profissionais que lidam os espaços urbanos de modo geral. Movimentos artísticos da virada do século, como o grupo de vanguarda Internacional Situacionista, transformaram radicalmente o espaço urbano ao subverterem a cartografia como parte de um projeto de resistência política. Liderados por Guy Debord o grupo francês criou a *deriva* como uma maneira de experimentar a vida cotidiana na cidade, com o objetivo de entender como ela era vivida pelas pessoas reais e não como foram projetadas rigorosamente pelos arquitetos e planejadores. As derivas tratavam-se de caminhadas voluntárias pelas ruas, onde as experiências eram relatadas através de escritos e imagens reunidas nos chamados mapas psicogeográficos. *The Naked City* (A cidade nua) é a melhor ilustração do pensamento urbano situacionista, assim como a melhor representação gráfica da deriva (JACQUES, 2003). O mapa é composto de recortes variados dos mapas dos bairros de Paris, conectados por setas vermelhas que indicam possíveis ligações entre os lugares e novas possibilidades de derivas. Esses recortes são justapostos de maneira aleatória, pois não indicam uma real localização no mapa, mas sim unidades de ambiência identificadas através da experiência da deriva e da relevância de cada uma no imaginário dos autores.

Figura 4 – Guy Debord, The Naked City, 1957.



Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.176/5458

Os mapas situacionistas são visivelmente imaginativos e subjetivos. Eles recusavam as convenções cartográficas da modernidade racional, assim como a hierarquia dos lugares urbanos e criavam diagramas descontínuos e arbitrários em relação ao mapa oficial da cidade. Eles buscavam capturar a legibilidade da cidade, não como meio de reformular seus espaços

materiais, mas como uma maneira de melhorar a experiência da vida urbana cotidiana. São potentes por indicar possibilidades de apreender os espaços urbanos através das experiências afetivas e por ultrapassar as normas técnicas e padrões estabelecidos nos mapas convencionais. Representam uma inversão radical na função do mapa, este entendido não mais como o resultado de um processo de observação e análise minuciosa da realidade a ser reproduzida, mas como entrada para o universo que descreve (VISCONTI, 2014). Fugindo das representações meramente físicas e formais eles apresentam as dimensões psicológicas e intuitivas dos espaços como possibilidades analíticas.

A abordagem situacionista sobre plano urbanístico e a atuação deles em favor da cidade como arte deixou um importante legado que influenciou, posteriormente, o pensamento urbano progressista de alguns autores, como Michel de Certeau (CRAMPTON; KRYGIER, 2008). Dele partiram críticas sobre a visão distanciada e totalizadora do mapeamento científico, tomando como modelo a visão de Manhattan sobre o topo do World Trade Center ele aponta a atividade de mapear como uma das políticas de prática da cidade e aponta a distância entre os mapas de geógrafos e o mapa dos trajetos das pessoas comuns. O pensamento de Kevin Lynch também está associado a esse contexto, quando ele propõe o mapeamento de lugares da cidade de Boston através da memória das pessoas e de suas lembranças mais marcantes em relação a cidade. A ênfase no planejamento urbano tomado pelas experiências cotidianas como matéria-prima preparou o terreno para o campo da arte locativa e dos mapas psicogeográficos (COSGROVE, 2006).

A CIDADE CONTEMPORÂNEA

Ao contrário da cidade moderna, na cidade contemporânea não se encontram facilmente características idênticas. Urbanistas, sociólogos e antropólogos costumam definir esta cidade através de uma amplitude semântica que inclui termos como fragmento, heterogeneidade e descontinuidade. A esses aspectos podem ser atribuídos os recentes progressos nas tecnologias de informação e comunicação onde, a convergência e integração entre elas, configuram espacialidades que operam cada vez menos por questões geométricas e mais por conexões de pontos no espaço (SECCHI, 2016).

O urbanismo, na busca por definir seu objeto de estudo para codificar uma linguagem própria e institucionalizar suas práticas, levou o estudo da cidade a uma sequência codificada de operações repetíveis e compatíveis entre si. A maioria das propostas buscavam organizar o espaço e a sociedade, a exemplo do modelo da *Ville Radieuse* (1930) de Le Corbusier, da Carta de Atenas (1933), dos textos, revistas, conferências e congressos. De modo geral, ao longo dessas tentativas buscou-se impor estratégias de autocontrole, estratégias estas que encontraram sua configuração mais rigorosa no urbanismo dos anos entre as duas guerras do século XX. Tais teorias e propostas pareciam querer padronizar as experiências nos espaços urbanos através de lógicas racionais e científicas. O planejamento urbano pensava a sociedade através da ideia de um indivíduo-tipo e de suas necessidades pré-definidas, o que acabava por, de algum modo, reduzir o espaço das subjetividades.

Através da disposição impessoal dos espaços, o modelo de cidade defendida pelo urbanismo moderno, não valorizava os aspectos subjetivos e individuais dos cidadãos. A

dimensão da experiência e da vida cotidiana eram esquecidos. Uma das grandes queixas relacionadas ao urbanismo moderno estava relacionada à monotonia que a separação de funções – lazer, trabalho, habitação, circulação -, traria às cidades e à vida moderna, confirmando uma condição de passividade e isolamento da sociedade. Críticas de posicionamentos opostos defendiam que a cidade deveria ser lida a partir de sua multiplicidade, e não a partir de modelos e padrões universais. Atualmente percebe-se que algumas práticas urbanísticas se voltam a dimensões sensíveis e à escala do corpo. Posicionamentos estritamente técnicos aplicados à cidade de maneira indistinta estão sendo cada vez mais questionados. Vê-se que projetos pontuais, aplicados em pequenas escalas urbanas, tem sido a conduta mais utilizada por urbanistas que buscam resgatar os valores simbólicos atrelados à cultura, experiência urbana e sociedade. O desenvolvimento recente das tecnologias digitais tem uma grande influência neste quesito, pois, adquirindo uma nova configuração, os espaços urbanos tornam-se objetos de uma problemática muito mais ampla e complexa do que antes era estabelecido (LEITE, 2012).

O estágio de desenvolvimento tecnológico de determinada época quase sempre condicionou o desenvolvimento das práticas construtivas e, desse modo, também as formas resultantes nas espacialidades urbanas: monumentos, teatros, estações ferroviárias, a capacidade técnica liberou formas arquitetônicas e sistemas de implantação no espaço. Tanto no que diz respeito aos espaços abertos como as praças, avenidas e ruas, como também a relação entre os edifícios e esses mesmos espaços. As dinâmicas e as relações sociais travadas nos espaços urbanos também são influenciados por esse contexto. A exemplo do surgimento da figura do *Flâneur*, aquele que perambula sem destino pelos espaços urbanos com objetivo de observar a cidade e os seus tipos, cujo hábito deu-se através dos progressos técnicos ocorridos na cidade de Paris no século XIX, como a construção das galerias, das passagens fechadas e da iluminação pública a gás, que permitia que a cidade fosse vivenciada durante os períodos noturnos. De algum modo esse cenário pode ser comparável aos atuais contextos de desenvolvimento tecnológico da cidade contemporânea (PONTUAL; LEITE, 2008).

Pouco pode ser dito sobre um território somente a partir de questões físicas, das coordenadas geográficas e das fronteiras políticas. Especialmente na contemporaneidade, onde as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e tecnológicas alteram cada vez mais a compreensão e a percepção das espacialidades no mundo (SANTOS, 1996). Uma enorme quantidade de mapas e infográficos são exibidos diariamente nas televisões, publicados em jornais e revista, fazendo parte do contexto cotidiano das pessoas**.** Uma vez que as experiências espaciais estão sendo cada vez mais monitoradas, ampliadas, localizadas e compartilhadas, o delineamento das práticas cartográficas ganha relevância quando essas dinâmicas são consideradas.

A cidade contemporânea se apresenta sob o paradoxo de que, enquanto se urbaniza cada vez mais, como ideia e materialidade ela se torna mais difícil de ser apreendida. Isso acontece ao mesmo tempo em que as tecnologias mais recentes promovem uma enorme quantidade de informações esperando por serem interpretadas. Tal contexto se apresenta como novos desafios complexos, assim como as tecnologias recentes oferecem uma nova dimensão de pesquisa e oportunidades de mapeamentos. O objetivo de tornar legível a entidade complexa, orgânica, mutável e dinâmica que é a cidade continua urgente. Espaço urbano e espaço cartográfico são inseparáveis, e enquanto são transformados esse

relacionamento também se altera (COSGROVE, 2006). Existe um grande potencial para a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo através das operações de descrição do território. Colocar em debate as dimensões da descrição, representação e projeção pode contribuir na criação de linhas de pensamento, assim como novos parâmetros na construção e desconstrução de cartografias que contribuem para delinear as lógicas atreladas aos territórios: uma chave para o projeto urbano.

Novas práticas cartográficas buscam ultrapassar os limites dos desenhos de duas dimensões sobre o território e colocam, no mesmo plano, relações metafóricas e elementos heterogêneos: processos sociais, políticos, mentais, acontecimentos, lugares imaginários, entre outros. As tecnologias visuais representam a oportunidade, cada vez maior, de registros criativos da experiência urbana, ao mesmo tempo, a consciência de que as imagens cartográficas não são veículos inocentes de informação coloca a cartografia como ferramenta de ação política e social. Essa relação expõe também a necessidade e importância da atenção crítica para a produção e significado de espaços urbanos públicos e privados.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 12, n. 1, p. 193–234, dez. 2004. Disponível em: https://goo.gl/Tex1QL. Acesso em 31 maio 2018.

CARERI, Francesco. *Walkscapes - O caminhar como prática estética.* 1. ed. Brasil: GG Brasil, 2013.

COSGROVE, Denis. Carto-City. *In:* HALL, Peter; ABRAMS, Janet. *Else/Where: Mapping - New Cartographies of Networks and Territories.* [s.l.] University of Minnesota Design Institute, 2006. p. 148–165.

CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. *In: Cartografias Sociais e Território.* 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 85–112. Disponível em: https://goo.gl/V6Hwst. Acesso em: 07 maio 2018.

EDNEY, Matthew. Teoria e história da cartografia. *Espaço e Cultura,* v. 0, n. 39, p. 209–220, 2016. Disponível em: https://goo.gl/W59YhX. Acesso em: 28 maio 2018.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna.* [s.l.] Martins Fontes, 2008.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia*, n. 5, p. 19–51, 19 mar. 2009. Disponível em: https://goo.gl/uXmSPq. Acesso em: 03 set 2018.

HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. *In: O correio da UNESCO* (Mapas e cartógrafos). Brasil, ano 19, n. 8, 1991, p. 4–9. Disponível em: https://goo.gl/MnRS9h. Acesso em: 01 maio 2018.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160 p. Tradução Estela do Santos Abreu. Disponível em: https://goo.gl/CQb1nk. Acesso em: 21 set 2018.

KEMPF, Petra. Pass it On – The Path is the Goal. *Journal of New Frontiers in Spatial Concepts,* v. 5, p. 93–98, 2013. Disponível em: https://goo.gl/56ZkJY. Acesso em: 19 set 2018.

LEITE, Julieta. O espaço da arquitetura e do urbanismo: uma componente sensível na compreensão das relações sociais da pós-modernidade. *Comunicação e Sociedade,* [s.l.], v. 18, p.149-156, 29 out. 2012. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade Minho. Disponível em: https://goo.gl/NeDQbn. Acesso em: 25 ago 2017.

MESQUITA, André Luiz. *Mapas dissidentes: proposições sobre um mundo em crise (1960-2010).* 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://goo.gl/Dem91y. Acesso em: 31 maio 2018.

PONTUAL, Virgínia; LEITE, Julieta. Da cidade real à cidade digital: a flânerie como uma experiência espacial na metrópole do século XIX e no ciberespaço do século XXI. *Revista Famecos,* [s.l.], v. 13, n. 30, p.99-105, 2006. EDIPUCRS. Disponível em: https://goo.gl/6ZBMst. Acesso em: 12 set. 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço.* São Paulo: EDUSP, 1996.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo.* São Paulo: Perspectiva, 2016. 207 p. (Coleção Debates). Tradução Marisa Barda e Pedro M. R. Sales.

VESCINA, Laura Mariana. *Projeto urbano, paisagem e representação: alternativas para o espaço metropolitano.* 2010. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://goo.gl/uda6WN. Acesso em: 31 maio 2018.

VISCONTI, Jacopo Crivelli. *Novas Derivas.* 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

WOODWARD David. Cartography and the Renaissance: Continuity and Change. *In:* WOODWARD, David. (Org.). *The History of Cartography, Volume Three - Cartography in the European Renaissance (Part 1).* Chicago: University of Chicago Press, 2007. v. 1. p. 3-24. Disponível em: https://goo.gl/tT9eg5. Acesso em: 10 out 2018.